



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

CONTRATO N. 023/2007

Contrato para fornecimento de microônibus, autorizado pela Senhora Denise Goulart Schlickmann, Secretária de Administração e Orçamento, a fl. 267 do Pregão n. 95/2006, que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa Mascarello – Carrocerias e Ônibus Ltda., em conformidade com as Leis n. 10.520/2002, 8.666/1993 e 8.078/1990 e com o Decreto n. 5.450/2005.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por sua Secretária de Administração e Orçamento, Senhora Denise Goulart Schlickmann, inscrita no CPF sob o n. 576.723.859-68, residente e domiciliada em São José/SC e, de outro lado, a empresa Mascarello Carrocerias e Ônibus Ltda., estabelecida na BR 277, km 598, s/n, Cascavel/PR, inscrita no CNPJ sob o n. 05440065/0001-71, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela sua Diretora-Presidente, Senhora Iracele Maria Crespi Mascarello, inscrita no CPF sob o n. 524.568.629-53, residente e domiciliada em Cascavel/PR, tem entre si ajustado Contrato para fornecimento de veículo automotor, tipo microônibus 0 Km, firmado de acordo com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.078, de 11 de setembro de 1990, com o Decreto n. 5.450, de 31 de maio de 2005, e com o Pregão n. 95/2006, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto o fornecimento de veículo automotor, tipo microônibus 0 Km, para transformação em unidade móvel, modelo Granmini, chassi Agrale MA 7.9, com as seguintes características:

- 1.1.1. Ano 2006, modelo 2007, no mínimo;
- 1.1.2. Motor dianteiro, movido a óleo diesel, que atenda às exigências do Conama Fase 5;
- 1.1.3. Turbo *intercooler*;
- 1.1.4. Potência do motor de 110cv, no mínimo;
- 1.1.5. Torque de 40mkgf, no mínimo;
- 1.1.6. 5 (cinco) marchas à frente e 1 (uma) à ré;

- 1.1.7. Peso bruto total – PBT de, no mínimo, 6.200Kg;
- 1.1.8. Direção hidráulica;
- 1.1.9. Rodado traseiro duplo;
- 1.1.10. Pneus radiais sem câmara;
- 1.1.11. Estepe;
- 1.1.12. Tanque de combustível de, no mínimo, 90 litros;
- 1.1.13. Distância entre eixos do chassi de, no mínimo, 3.600mm;
- 1.1.14. Estrutura da carroceria construída em perfis de aço com tratamento anticorrosivo;
- 1.1.15. Janelas com travas de segurança e vidro fumê, com sistema de vedação que impeça a entrada de água/chuva;
- 1.1.16. Saídas de emergência de fácil localização nas laterais e teto do veículo;
- 1.1.17. Isolamento termoacústico;
- 1.1.18. Revestimento interno de material lavável;
- 1.1.19. Piso revestido de material lavável e antiderrapante, antiestático e isolante;
- 1.1.20. 2 (duas) portas laterais posicionadas nas partes dianteira e traseira do veículo, do tipo rodoviária, com controle pneumático acionado pelo motorista, com aberturas mínimas de 780mm;
- 1.1.21. Ar condicionado de, no mínimo, 45.000 BTUs;
- 1.1.22. Vigia traseiro;
- 1.1.23. Pintura na cor branca;
- 1.1.24. Dimensões:
 - a) largura externa de, no máximo, 2.080mm;
 - b) largura interna de, no máximo, 2.000mm;
 - c) altura interna de, no mínimo, 1.800mm;
 - d) altura externa de, no mínimo, 2.700mm; e
 - e) comprimento de, no mínimo, 7.300mm;
- 1.1.25. Poltrona, tipo rodoviária, para auxiliar ao lado do posto do motorista;
- 1.1.26. Painel de instrumentos que tenha todos os equipamentos exigidos pela legislação brasileira de trânsito.

Quantidade: 3 (três) unidades.

PARÁGRAFO ÚNICO

O fornecimento do produto obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do Pregão n. 95/2006, de 28/12/2006, além das obrigações assumidas na proposta apresentada pela Contratada em 28/12/2006, por meio do sistema COMPRASNET, e dirigida ao Contratante, contendo o preço do produto que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O Contratante pagará à Contratada, pelo fornecimento do produto descrito na Subcláusula 1.1.1, o valor unitário de R\$

122.133,33 (cento e vinte e dois mil, cento e trinta e três reais e trinta e três centavos), totalizando, as 03 (três) unidades, R\$ 366.400,00 (trezentos e sessenta e seis mil e quatrocentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE ENTREGA

3.1. O prazo de entrega do produto descrito na Cláusula Primeira é de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias, a contar do recebimento, pela Contratada, deste instrumento, devidamente assinado pelos representantes do Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO

4.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O presente contrato terá vigência da data da sua assinatura até a data do integral cumprimento de todas as obrigações da Contratada.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após a entrega do produto, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a qual será conferida e atestada pelo setor competente.

6.2. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento definitivo do produto, pelo setor competente, desde que não haja fator impeditivo imputável à Contratada.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

6.4. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura, a prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta do Programa de Trabalho 02.061.0570.4269.0001 – Pleitos Eleitorais, Elemento de Despesa 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.

CLÁUSULA OITAVA - DO EMPENHO DA DESPESA

8.1. Foi emitida a Nota de Empenho n. 2006NE002559, em 29/12/2006, no valor de R\$ R\$ 366.400,00 (trezentos e sessenta e seis mil e quatrocentos reais), para a realização da despesa.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. O Contratante se obriga a:

9.1.1. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos nas Cláusulas Segunda e Sexta deste Contrato;

9.1.2. promover, através de seu representante, o servidor titular da função de titular da Secretaria de Informática e Eleições, ou seu substituto, a fiscalização deste Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

9.1.3. efetuar o recebimento definitivo em até 5 (cinco) dias após o recebimento provisório do produto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada ficará obrigada a:

10.1.1. fornecer o produto nas condições estipuladas na proposta;

10.1.2. entregar o produto no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir do recebimento do contrato, devidamente assinado pelos representantes do Contratante;

10.1.3. entregar os bens no pátio da empresa responsável pela transformação, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta; após recebidos, os bens serão conferidos pelo setor competente, que atestará a regularidade dos mesmos. Se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá saná-la, no prazo máximo de 15 (quinze) dias;

10.1.3.1. o endereço do pátio da empresa responsável pela transformação será informado oportunamente;

10.1.3.2. estando em mora o licitante vencedor, o prazo para saneamento das irregularidades, de que trata a Subcláusula 10.1.3, não interromperá a multa por atraso prevista na Subcláusula 11.4;

10.1.4. prestar garantia ao produto pelo período de 1 (um) ano, a contar da data do recebimento definitivo, pelo setor competente do Contratante;

10.1.5. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do Contratante;

10.1.6. manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão n. 95/2006.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Se a Contratada descumprir as condições deste Contrato ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 5.450/2006.

11.2. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 e do artigo 28 do Decreto n. 5.450/2006, se a Contratada, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais:

a) impedida de licitar e contratar com a União; e,

b) descredenciada no SICAF pelos órgãos competentes.

11.2.1. As sanções estabelecidas na Subcláusula 11.2 são de competência da autoridade máxima deste Tribunal.

11.3. Para os casos não previstos na Subcláusula 11.2 poderão ser aplicadas à Contratada, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Contrato, as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.3.1. A sanção estabelecida na alínea “d” da Subcláusula 11.3 é de competência do Presidente do TRESA.

11.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na entrega do produto objeto deste Contrato sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor proposto, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a entrega do produto.

11.4.1. Os atrasos superiores a 30 (trinta) dias serão considerados como inexecução contratual.

11.5. Da aplicação das penalidades definidas nas Subcláusulas 11.3, alíneas “a”, “b” e “c” e 11.4 caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação.

11.6. O recurso será dirigido ao Diretor-Geral, por intermédio da Secretária de Administração e Orçamento, que poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

11.7. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea “d” da Subcláusula 11.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESA, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. Este Contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

12.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, sujeita-se, a Contratada, ao pagamento de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

13.1. Incumbirá ao Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DO FORO

14.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes e pelas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, 17 de janeiro de 2007.

CONTRATANTE:

DENISE GOULART SCHLICKMANN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

CONTRATADA:

IRACELE MARIA CRESPI MASCARELLO
DIRETORA-PRESIDENTE

TESTEMUNHAS:

SALÉSIO BAUER
COORDENADOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

AUGUSTO CÉSAR CAMPOS
SECRETÁRIO DE INFORMÁTICA E ELEIÇÕES SUBSTITUTO